

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO 2025

Emitente: Unidade Central de Controle Interno

Entidade: Câmara Municipal de Itapemirim-ES

Gestor responsável: Tiago Faria Leal (Presidente no Biênio 2025/2026)

Exercício: 2025

1. RELATÓRIO

1.1 Introdução

Em cumprimento ao disposto no artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, apresenta-se a presente Manifestação do Órgão Central de Controle Interno acerca da Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Itapemirim, referente ao exercício de 2025.

A atuação da Unidade Central de Controle Interno no exercício em referência compreendeu procedimentos de acompanhamento, análise e verificação dos atos administrativos, contábeis, financeiros e patrimoniais praticados no âmbito desta Casa Legislativa, com vistas a apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional e assegurar a conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

A seguir, são apresentados os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, as constatações verificadas e as conclusões decorrentes da avaliação realizada, em conformidade com as normas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e com as diretrizes aplicáveis à Prestação de Contas Anual.

1.3. Gestão patrimonial

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Verificação para a PCA
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96, NBC TSP 4, 7 a 10, IN TC 36, Anexo único, item 7,8,9,15, 16 e 18	Exame de registros auxiliares	Verificar se foi levantado inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Contas de Governo Contas de Gestão (Todas as UG's)	491 bens patrimoniais ativos <i>Inventário de Bens*</i> Móveis: R\$ 1.363.150,41 Imóveis: R\$ 0,00 Intangíveis: R\$ 0,00 (*valor contábil)	491 bens patrimoniais ativos Balancete Contábil* Móveis: R\$ 1.363.150,41 Imóveis: R\$ 0,00 Intangíveis: R\$ 0,00 (*valor contábil)	Verificação para a PCA
1.3.3	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação em instituições financeiras oficiais	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformidade (conciliação de demonstrativos) Revisão Analítica	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Contas de Gestão (Todas as UG's)	03 contas bancárias Valor R\$ 20.207.519,41	03 contas bancárias Valor R\$ 20.207.519,41	Verificação para a PCA
1.3.4	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação. Confirmação externa	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Confirmação externa	Confrontar os valores registrados nas contas correntes e aplicações financeiras com os extratos bancários no final do exercício.	Contas de Governo Contas de Gestão (Todas as UG's)	03 contas bancárias Conta Corrente CEF (ag. 1384 – 006 – 00007-9) Saldo final: R\$ 0,00 Conta Corrente BANESTES (ag. 199 – 317818-3) Saldo final: R\$ 0,00 Conta Corrente BANCO DO BRASIL (ag. 5185 – 27048-2) Saldo final: R\$ 0,00 Aplicação Financeira CEF (Fundo de	03 contas bancárias Conta Corrente CEF (ag. 1384 – 006 – 00007-9) Saldo final: R\$ 0,00 Conta Corrente BANESTES (ag. 199 – 317818-3) Saldo final: R\$ 0,00 Conta Corrente BANCO DO BRASIL (ag. 5185 – 27048-2) Saldo final: R\$ 0,00 Aplicação Financeira CEF	Verificação para a PCA. Confirmação externa: 1. enviada por email pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal; 2. Acesso dos saldos bancários na conta do Banestes pelo CidadES, conforme convênio firmado.

						investimento) Saldo final: R\$ 49.982,25 Aplicação Financeira BANESTES (Fundo de investimento) Saldo final: R\$ 5.905.405,23 Aplicação Financeira BANCO DO BRASIL (Fundo de investimento) Saldo final: R\$ 12.079,54	(Fundo de investimento) Saldo final: R\$ 49.982,25 Aplicação Financeira BANESTES (Fundo de investimento) Saldo final: R\$ 5.905.405,23 Aplicação Financeira BANCO DO BRASIL (Fundo de investimento) Saldo final: R\$ 12.079,54	
--	--	--	--	--	--	--	--	--

1.4. Limites constitucionais e legais

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Verificação para a PCA
1.4.7	Despesas com pessoal limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Análise Documental	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Contas de Governo Contas de Poderes	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 20.207.519,41 Receita Corrente Líquida do Município: R\$ 548.052.099,66 Despesa com Folha anual: R\$ 9.529.259,23 Despesa com obrigação patronal: R\$ 1.379.301,05	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 20.207.519,41 Receita Corrente Líquida do Município: R\$ 548.052.099,66 Despesa com Folha anual: R\$ 9.529.259,23 Despesa com obrigação patronal: R\$ 1.379.301,05 Limite 29-A da CF: 53,98% Limite LRF: 1,99%	Verificação para a PCA

1.4.8	Despesas com pessoal descumprimento de limites nulidade do ato	LC 101/2000, art.21.	Análise Documental	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas do artigo 21 da LRF.	Contas de Governo Contas de Poderes	Consulta à Legislação Municipal	Consulta da Legislação Municipal de Itapemirim no ano de 2025	Situação fática não ocorrida no exercício
1.4.10	Despesas com Pessoal limite prudencial vedações	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Análise Documental	Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF.	Contas de Governo Contas de Poderes	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 20.207.519,41 Receita Corrente Líquida do Município: R\$ 548.052.099,66 Despesa com Folha anual: R\$ 9.529.259,23 Despesa com obrigação patronal: R\$ 1.379.301,05	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 20.207.519,41 Receita Corrente Líquida do Município: R\$ 548.052.099,66 Despesa com Folha anual: R\$ 9.529.259,23 Despesa com obrigação patronal: R\$ 1.379.301,05 Limite 29-A da CF: 53,98% Limite LRF: 1,99%	Situação fática não ocorrida no exercício
1.4.11	Despesas com pessoal extrapolação do limite providências/medidas de contenção	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Análise Documental	Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no artigo 20 da LRF, avaliar se foram adotadas as medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF (e 169, §§ 3º e 4º da CF/88).	Contas de Governo Contas de Poderes	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 20.207.519,41 Receita Corrente Líquida do Município: R\$ 548.052.099,66 Despesa com Folha anual: R\$ 9.529.259,23	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 20.207.519,41 Receita Corrente Líquida do Município: R\$ 548.052.099,66 Despesa com Folha anual: R\$ 9.529.259,23	Situação fática não ocorrida no exercício

						Despesa com obrigação patronal: R\$ 1.379.301,05	Despesa com obrigação patronal: R\$ 1.379.301,05 Limite 29-A da CF: 53,98% Limite LRF: 1,99%	
1.4.13	Poder Legislativo Municipal despesa com folha de pagamento	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	Conta da UG Câmara Municipal	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 20.207.519,41 Receita Corrente Líquida do Município: R\$ 548.052.099,66 Despesa com Folha anual: R\$ 9.529.259,23 Despesa com obrigação patronal: R\$ 1.379.301,05	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 20.207.519,41 Receita Corrente Líquida do Município: R\$ 548.052.099,66 Despesa com Folha anual: R\$ 9.529.259,23 Despesa com obrigação patronal: R\$ 1.379.301,05 Limite 29-A da CF: 53,98% Limite LRF: 1,99%	Verificação para a PCA
1.4.17	Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - fixação	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Conformidade (Análise documental)	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	Contas de Gestão Câmaras Municipais	12 folhas de pagamento Limite máximo de 30% do subsídio do Deputado Estadual: R\$ 9.901,92 (janeiro/2025); e R\$ 10.432,39 (de fevereiro a dezembro/2025); Subsídio dos Vereadores fixado na Lei Municipal nº 2.964/2016: R\$ 7.500,00	12 folhas de pagamento Limite máximo de 30% do subsídio do Deputado Estadual: R\$ 9.901,92 (janeiro/2025); e R\$ 10.432,39 (de fevereiro a dezembro/2025); Subsídio dos Vereadores fixado na Lei Municipal nº 2.964/2016: R\$ 7.500,00	Verificação para a PCA

1.4.18	Despesas com pessoal subsídio dos vereadores pagamento	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	Contas de Gestão Câmaras Municipais	12 folhas de pagamento Folha anual de subsídios (mensal e 13º): R\$ 1.267.500,00	12 folhas de pagamento Folha anual de subsídios (mensal e 13º): R\$ 1.267.500,00	Verificação para a PCA
1.4.19	Poder Legislativo Municipal - Despesas com pessoal remuneração vereadores	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	Contas de Gestão Câmaras Municipais	12 folhas de pagamento Folha anual de subsídios (mensal e 13º, rescisão): R\$ 1.267.500,00 Receita Corrente Líquida do Município: R\$ 548.052.099,66	12 folhas de pagamento Folha anual de subsídios (mensal e 13º, rescisão): R\$ 1.267.500,00 Receita Corrente Líquida do Município: R\$ 548.052.099,66 Montante em percentual: 0,231%	Verificação para a PCA
1.4.20	Poder Legislativo Municipal - despesa total – cumprimento dos percentuais definidos no caput do art. 29-A da CRFB/88	CRFB/88, art. 29-A.	Conformidade (Análise documental e Revisão analítica)	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	Contas de Gestão Câmaras Municipais	Despesa total do Legislativo (empenhada): R\$ 14.599.623,89 Repasse orçado: R\$ 19.851.000,00	Despesa total do Legislativo (empenhada): R\$ 14.599.623,89 Repasse orçado: R\$ 19.851.000,00 Economia orçamentária: R\$ 5.251.376,11	Verificação para a PCA

1.5. Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada	Verificação para a PCA
1.5.1	Documentos Integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE	IN regulamentadora remessa de prestação de contas	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Contas de Gestão (Todas as UG's)	Documentos da PCA – Exercício 2025	Verificação Integral	Verificação para a PCA

2. Itens de abordagem complementar

2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada	Verificação para a PCA
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Contas de Governo Contas de Gestão dos Poderes	Documentação contábil constante no sistema Cidades TCEES, para o período em análise (Exercício 2025), através do DEMCAD – Demonstrativo de Créditos Adicionais, contendo as informações como nº da Lei Autorizadora, nºs de Decretos, Origem e valores das referidas dotações suplementadas; DEMCAD.	De toda análise realizada (01 transação no Exercício 2025), segundo a matriz de planejamento e a metodologia aplicada, não se constatou créditos suplementares desprovidos de respectivos decretos, origem do recurso e/ou autorização legislativa, sendo que o montante dos créditos suplementares realizados de (R\$ 1.400.000,00) que representam 7,05% do valor total orçado para a Câmara de Itapemirim que é de R\$ 19.851.000,00, ao passo que o artigo 5º, da Lei nº 3.408/2024 (LOA 2025), autoriza abertura de créditos adicionais até o limite estabelecido pela Lei de Diretrizes	Verificação para a PCA.

							Orçamentárias – LDO (Lei 3.396/2024), de 20% do valor total orçado.	
2.2.29	Déficit orçamentário medidas de contenção	LC 101/2000, art. 9º.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Contas de Governo Contas de Gestão dos Poderes	—	—	Situação fática não ocorrida em 2025.

1.2 Constatações e proposições

Observações relatadas abaixo na análise dos pontos de controle constantes na tabela referencial acima:

- Item 1.3.1: verificação pelo Inventário de bens fornecido pela Coord. de Materiais e Patrimônio, e Balancete Contábil disponibilizado pela Contabilidade.
- Item 1.3.3: conferência de transferências bancárias através de extratos das contas da Câmara Municipal de Itapemirim na CEF, Banestes e Banco do Brasil fornecidos pela Gerência Financeira, totalizando o valor repassado pela Prefeitura de Itapemirim a título de Duodécimo, no exercício de 2025;
- Item 1.3.4: saldos finais das contas bancárias condizentes com o demonstrado no Balancete Contábil, na sua respectiva conta no Ativo;
- Item 1.4.7: cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) quanto ao limite de despesas com pessoal, perfazendo **1,99% da Receita Corrente Líquida do Município**;
- Item 1.4.13: cumprimento do disposto no art. 29-A da Constituição Federal quanto ao limite de até 70% de despesas com pessoal em relação aos recursos recebidos a título de duodécimo, atingindo **53,98% dos recursos recebidos a título de duodécimo**;
- Item 1.4.17: fixação do subsídio dos Vereadores abaixo do limite de 30% dos subsídios dos Deputados Estaduais, atingindo o percentual de **75,74%** (janeiro/2025) e de **71,89%** (fevereiro a dezembro/2025) das remunerações dos referidos Deputados;
- Item 1.4.19: consulta ao resumo da folha geral de pagamento dos subsídios fornecida pelo Setor de Recursos Humanos, e ao Demonstrativo de Despesas com Pessoal da Contabilidade, resultando no percentual de **0,231% em relação à Receita Corrente Líquida do Município (RCL)**, abaixo do limite imposto de 5% pela CRFB/88;
- Item 1.4.20: despesas empenhadas abaixo do valor orçado de repasse por duodécimo à Câmara Municipal de Itapemirim, gerando uma economia orçamentária de **R\$ 5.251.376,11** (cinco milhões duzentos e cinquenta e um mil, trezentos e setenta e seis reais e onze centavos), conforme conferência pelo Demonstrativo de Despesa por elemento.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinei a Prestação de Contas Anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. **Tiago Faria Leal**, Presidente da Câmara Municipal de Itapemirim/ES, relativa ao exercício de **2025**.

Com base nos pontos de controle avaliados, descritos no item 1 desta manifestação, bem como na análise das peças que compõem a Prestação de Contas Anual encaminhada a esta Unidade Central de Controle Interno, **opino pela regularidade da presente prestação de contas**, nos termos da legislação aplicável.

Itapemirim, 18 de março de 2026

Augusto Rodrigues da Silva Pereira e Andrade
Diretor de Controle Interno/Ouvidor
Matrícula nº 2039



(28) 352-6280



camara@camaraitapemirim.es.gov.br

Rua Adiles André Leal, s/n, Serramar, Itapemirim/ES – CEP 29330-000

www.camaraitapemirim.es.gov.br